



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL Nº.0131177-27.2009.8.17.0001 (0266422-2)
COMARCA: RECIFE
VARA: 8ª VARA CRIMINAL
APELANTE: THAMYRIS SAMARIO DA SILVA LEÃO
DEFENSORA PÚBLICA: DRA. ETIENE VIEIRA GONÇALVES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA
(CONVOCADA)
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO USO DE ARMA DE FOGO E PELO CONCURSO DE PESSOAS. PRELIMINAR. NÃO CONHECIMENTO. INCOMPETÊNCIA DO COLEGIADO. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA INDIVIDUOSAMENTE DEMONSTRADAS. CONDENAÇÃO QUE SE IMPÕE. PENA-BASE JUSTA E ADEQUADA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL. RECONSIDERAÇÃO EM JUÍZO. IRRELEVÂNCIA. RÉ MENOR DE VINTE E UM ANOS NA DATA DO FATO. ATENUANTES CONFIGURADAS. PENA REDUZIDA. REGIME PRISIONAL MANTIDO. APELANTE BENEFICIÁRIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PENA DE MULTA MANTIDA. AFASTADA A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Sendo o pedido de progressão de regime prisional matéria afeta ao processo de execução da pena, o juízo competente é o da vara das execuções penais (art. 66, III, *b*, 7.210/84), o qual, inclusive, foi deferido pelo referido juízo, tornando prejudicada a eventual apreciação desta preliminar. Preliminar não conhecida.
2. Estando a materialidade e autoria delitiva indubitavelmente demonstradas pelas provas colhidas na instrução processual, impõe-se a condenação da acusada.
3. Militando em desfavor da apelante circunstâncias judiciais desfavoráveis fica autorizada a fixação da pena-base acima do mínimo

ef.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



legal, afigurando-se justa e adequada a pena privativa de liberdade de 06 (seis) anos de reclusão, quando o mínimo legal para o crime é 04 (quatro) e o máximo 10 (dez) anos.

3. Sendo a confissão da agente na seara policial um dos fundamentos da condenação, é irrelevante a retratação posterior em juízo, devendo incidir sobre a pena a atenuante genérica. Precedentes do STJ.

4. Estando demonstrado nos autos, por documento hábil, que a ré, ao tempo do fato, contava com menos de 21 (vinte e um ano) na data do crime, faz a mesma jus a atenuante do inciso I, do art. 65, do CP.

5. Independente do *quantum* da pena aplicada, militando em desfavor da acusada circunstâncias judiciais é legítima a imposição de um regime prisional mais gravoso, a teor do § 3º, do art. 33 da Lei Penal Substantiva, devendo ser mantido o regime inicial fixado pelo Juiz Singular.

6. O fato de a ré ser beneficiária da assistência judiciária gratuita, não exclui a aplicação da pena pecuniária, especialmente porque a condição financeira da acusada foi levada em consideração quando o Juiz Singular arbitrou o *quantum* do dia-multa no mínimo legal

7. Deve ser afastado o pagamento das custas processuais se a ré é beneficiária da assistência judiciária gratuita.

8. Recurso provido parcialmente. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº. 0131177-27.2009.8.17.0001 (0266422-2)**, no qual figuram como partes as retromencionadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em não conhecer da preliminar arguida e, no mérito, dar provimento parcial ao apelo, reduzindo a pena privativa de liberdade para 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, afastando da condenação o pagamento das custas processuais, mantendo-se os demais termos da sentença condenatória**, conforme relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 21.03.2019


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL Nº.0131177-27.2009.8.17.0001
(0266422-2)
COMARCA: RECIFE
VARA: 8ª VARA CRIMINAL
APELANTE: THAMYRIS SAMARIO DA SILVA LEÃO
DEFENSORA PÚBLICA: DRA. ETIENE VIEIRA GONÇALVES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. CRISTIANE MARIA CAITANO DA
SILVA (CONVOCADA)
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA
VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por **Thamyris Samario da Silva Leão** contra a sentença de fls. 270/279, pela qual foi condenada às penas privativa de liberdade de 08 (oito) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, e pecuniária de 30 (trinta) dias-multa, à base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, pelo crime do art. 157, I e II¹, do Código Penal.

¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

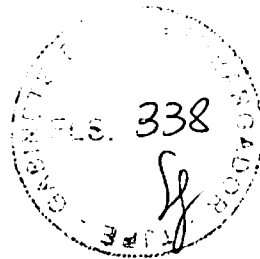
§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



Em suas razões recursais, de fls. 297/305, pugna a apelante, preliminarmente, pelo direito de recorrer em liberdade e a concessão de progressão de regime prisional para o semiaberto. No mérito, requer: a) absolvição por ser a prova insuficiente para a condenação; b) correção da dosimetria, sendo fixada a pena-base no mínimo legal, haja a incidência das atenuantes genéricas de confissão e de menoridade; c) seja afastada da condenação a pena de multa e o pagamento de custas processuais, por ser a ré beneficiária da assistência gratuita; e d) modificação do regime prisional inicial para o semiaberto.

Às fls. 318/320, o Ministério Público apresentou contrarrazões onde requer sejam mantidos todos os termos do decreto condenatório.

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal, às fls. 330/334, opinou pelo provimento parcial do recurso, redimensionando-se a pena imposta para que haja a incidência da atenuante genérica de menoridade, mantendo-se, no mais, a decisão hostilizada.

Em seguida, vieram-me conclusos.

É o relatório.

Embora tenha pedido, em sede de preliminar, para recorrer em liberdade, tal matéria deve ser analisada em sede de liminar, porquanto, restaria prejudicado o pleito se analisado apenas por ocasião do julgamento do apelo. Sendo assim passo a apreciação do pedido:

Ao condenar a apelante, a Juíza Singular, à fl. 278, assim se pronunciou: *"O art. 594, do CPP, foi revogado pela Lei nº 11.719/2008, em*



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal**



vigor desde o dia 22 de agosto de 2.008. Os réus tiveram suas prisões preventivas decretadas por este Juízo (fls. 109/112), sendo cumprido apenas o mandado de prisão em desfavor da ré Thamyris Samário. Os motivos que ensejaram os decretos de prisão preventiva (fls. 72/75 e)sic permanecem, razões pelas quais mantenho as prisões dos réus THAMYRIS e KLEITON, recomendando a ré Thamyris na prisão onde se encontra e determinando a expedição do competente Mandado de Prisão em desfavor do réu Kleiton, recolhendo, com relação a este último o Mandado de Prisão Preventiva expedido em 16 de agosto de 2.010 (fls. 118)."

Como se infere do excerto supra, a Magistrada fundamentou a segregação da apelante na necessidade de garantir a ordem pública, em face da sua concreta periculosidade, constatada desde o início do curso do processo, em especial pelo *modus operandi* da agente e de seu comparsa que, além de do uso de violência física contra as vítimas procedeu a prática de tortura psicológica, humilhações, agravando, ainda mais, a prática delituosa.

Por outro lado, tendo a apelante permanecido durante toda a instrução segregada, ou seja, quando sequer havia a formação da culpa, não poderia vir a ser libertada agora, quando lhe foi imposta condenação criminal, mesmo que ainda não alcançada pela coisa julgada.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



Assim, fazendo-se necessária a manutenção da custódia como forma de garantir a ordem pública, indefiro o pedido da ré de recorrer em liberdade.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Após, à douta revisão.

Recife, 15. 08. 2012

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº.0131177-27.2009.8.17.0001 (0266422-2)
COMARCA:	RECIFE
VARA:	8ª VARA CRIMINAL
APELANTE:	THAMYRIS SAMARIO DA SILVA LEÃO
DEFENSORA PÚBLICA:	DRA. ETIENE VIEIRA GONÇALVES
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA:	DRA. CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA (CONVOCADA)
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO – PRELIMINAR

Em sede de preliminar, requer a apelante a progressão de regime prisional para o semiaberto, por entender que já atendeu aos requisitos exigidos pelo art. 112², da Lei das Execuções Penais (Lei 7210/84).

Entretanto, tal matéria não consiste em matéria recursal, mas afeta ao processo de execução da pena, cujo Juízo competente é o da Vara das Execuções Penais, a teor do art. 66, inciso III, alínea *b*³, do mencionado regramento.

Como se infere à fl. 316/316v, já foi, inclusive, expedida a carta de guia provisória da apelante, a qual foi autuada perante a 1ª Vara de

² Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 2003)

³ Art. 66. Compete ao Juiz da execução:

III - decidir sobre:

b) progressão ou regressão nos regimes;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



Execução Penal do Estado sob o nº. 2012.0184.000197, conforme relatório anexo.

Denota-se, outrossim, que o pedido, ora deduzido, foi deferido em 12/04/2012, tornando prejudicada a eventual apreciação desta preliminar, por carência de objeto.

Desse modo, não sendo este Órgão Julgador competente à apreciação do pleito e tendo este sido alcançado perante o Juízo competente, **voto pelo não conhecimento da preliminar arguida pela defesa.**

Recife, 20.03.2013


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL	Nº.0131177-27.2009.8.17.0001 (0266422-2)
COMARCA:	RECIFE
VARA:	8ª VARA CRIMINAL
APELANTE:	THAMYRIS SAMARIO DA SILVA LEÃO
DEFENSORA PÚBLICA:	DRA. ETIENE VIEIRA GONÇALVES
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA:	DRA. CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA (CONVOCADA)
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Inicialmente pede o apelante a sua absolvição, alegando insuficiência de provas para a condenação.

Narra a denúncia que no dia 25/07/2009, por volta das 09:10h, no Posto de Combustíveis Xingú Ltda, localizado na Rua João Tude de Melo, nº 91, Bairro do Parnamirim, nesta Cidade, a apelante em concurso com mais 03 (três) corréus e em comunhão de desígnios, subtraíram, mediante grave ameaça e uso de arma de fogo, a quantia de R\$ 1.230,00 (hum mil, duzentos e trinta reais), alguns cartões telefônicos e dois aparelhos celulares.

Embora não tenham sido recuperadas as *res furtiva*, os depoimentos das testemunhas e vítimas do crime, inquiridas às fls. 11/16 e 234/237, assim como as fotografias de fls. 22/28 e o conteúdo videográfico (fl. 98-A), capturado pelas câmeras apostas no mencionado posto de combustíveis, onde se deu a ocorrência, corroboram a materialidade delitiva.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



No pertinente à autoria crime imputada à apelante, a mesma resta demonstrada de modo incontestado pelas provas produzidas no feito.

A despeito de as testemunhas inquiridas não terem reconhecido a apelante como uma das autoras do delito, certamente por medo de represálias, ressalte-se que a própria ré, quando inquirida na fase policial (fls. 65/66) confessou ter participado do evento com uma riqueza de detalhes que somente o verdadeiro corréu saberia descrever.

Por sua vez, muito embora tenha negado suas declarações iniciais, quando ouvida em Juízo (fls. 238/239), a acusada teve seu interrogatório policial confirmado não somente pelo conteúdo videográfico acostado aos autos (fl. 98-A) e pelo material fotográfico de fls. 22/28, assim como pelas declarações do seu irmão e comparsa Anderson Leão Balbino (fls. 262/263), às quais foram produzidas no processo-crime nº. 0155837-85.2009.8.17.0001, desmembrado da presente ação penal.

Deve-se asseverar que não há como ser contestada a validade das declarações do corréu, primordialmente porque realizadas na ação penal correspondente ao mesmo crime (processo desmembrado), ou seja, perante o mesmo Juízo e na presença da também defensora da apelante, Dra. Etiene Vieira Gonçalves, e, além disso, porque submetido ao crivo do contraditório (fls. 264/268v).

Ressalte-se, outrossim, que ao ser ouvida em juízo a acusada não soube informar onde se encontrava no dia da prática criminosa, respondendo vagamente às indagações formuladas, porém reconhece como



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



sua a assinatura aposta à fls. 65/66, a despeito de afirmar desconhecer o seu conteúdo, limitando-se a aduzir ter sido agredida para assim proceder, entretanto, não traz prova das ditas ofensas à sua integridade física.

Também não há como prosperar a alegação de invalidade probatória do material videográfico de fl. 98-A, que coletaram as imagens da ação criminosa, sob o argumento de que não foi submetida a exame pericial, uma vez que a veracidade do seu conteúdo em momento algum foi contestada pela apelante ou sequer foi arguida a necessidade de sua submissão à perícia, nem por ocasião da defesa preliminar (fls. 152/153) ou das alegações derradeiras (fls. 254/260).

Não bastasse a ausência de tempestiva insurgência da apelante acerca do vídeo de fl. 98-A, o seu conteúdo foi corroborado pelas vítimas, também testemunhas do crime, e pelo corréu Anderson Leão Balbino (fls. 262/263).

Desse modo, demonstradas, de modo indubitável, a materialidade e a autoria do crime, imputada à apelante, não há como se sustentar a tese de insuficiência de provas, devendo ser mantida a condenação imposta.

No pertinente ao pedido de redução da pena-base para o mínimo legal, a mesma não se afigura exacerbada, uma vez que foi arbitrada em 06 (seis) anos, ou seja, pouco acima do mínimo legal, que é de 04 (quatro) anos, haja vista militarem em desfavor da ré circunstâncias judiciais, do art. 59, do CP, a saber: **culpabilidade, circunstâncias do crime e o comportamento da vítima.**

Cf.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



Logo, a pena-base aplicada pelo Juiz Monocrático, afigura-se justa e suficiente à reeducação da apelante, não merecendo reforma nesta parte.

Quanto ao pedido de incidência da atenuante genérica de confissão (art. 65, inciso III, alínea *d*⁴, do CP), assiste razão à apelante, na medida em que a confissão da agente na seara policial é um dos fundamentos da condenação, devendo ser aplicada, porquanto irrelevante se a confissão foi espontânea ou não, foi total ou parcial, ou mesmo se houve retratação posterior.

Nesse diapasão, os seguintes julgados:

"[...] CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL. PRETENDIDO RECONHECIMENTO E APLICAÇÃO. QUESTÃO NÃO DEBATIDA NA INSTÂNCIA ORIGINÁRIA. SUPRESSÃO. WRIT NÃO CONHECIDO NESSE PONTO. UTILIZAÇÃO PARA A CONDENAÇÃO. RETRATAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. ATENUANTE CONFIGURADA. RECONHECIMENTO E APLICAÇÃO OBRIGATÓRIOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL RECONHECIDO DE OFÍCIO.

1. A questão da incidência da atenuante da confissão espontânea, porque não debatida na instância originária, não pode ser examinada diretamente por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

2. Evidente o constrangimento ilegal, sanável de ofício através da via eleita, quando a paciente, acusada de tráfico de drogas, confessa perante a autoridade policial que o entorpecente lhe pertencia e tais declarações são utilizadas para fundamentar a condenação, merecendo reconhecida em seu favor a atenuante do art. 65, III, d, do CP, pouco importando se a admissão da prática do ilícito foi espontânea ou não, integral ou parcial, ou se houve retratação em Juízo.[...]" (HC 139.535/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 18/05/2010, DJe 07/06/2010)

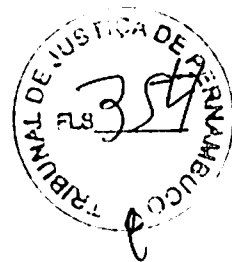
⁴ Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III - ter o agente: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



Também assiste razão à apelante, no correspondente ao pleito de reconhecimento da atenuante genérica do art. 65, inciso I⁵, do CP, haja vista que, na data do crime, possuía 19 (dezenove) anos, ou seja, menos de 21 (vinte e um) anos de idade, como demonstra a documentação de fls. 67.

Em razão de ser hipótese de incidência das mencionadas atenuantes genéricas, deve a pena da apelante ser reduzida em 03 (três) meses para cada uma delas, totalizando uma redução de 06 (seis) meses, passando a pena para 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão que, em face da majorante do § 2º, do art. 157, aplicada pelo Juiz Singular na fração de 1/3 (um terço), e da ausência de agravantes e causas de diminuição, torna-se definitiva em 07 (sete) anos e 04 (quatro) meses de reclusão.

Outrossim, em razão de a apelante ostentar circunstâncias judiciais em seu desfavor, na forma do § 3º⁶, do art. 33, do CP, é de ser confirmado o regime fechado para início do cumprimento da pena privativa de liberdade imposta.

Por se tratar de determinação do preceito secundário da norma penal incriminadora, a autoridade judicante não pode afastar a imposição da multa, sob pena de infringir o ordenamento jurídico, haja vista a

⁵ Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

⁶ § 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



necessidade de aplicação cumulativa com a pena privativa de liberdade, como dispõe o art. 157, do CP.

Ademais, o fato de a ré ser beneficiária da assistência judiciária gratuita, não exclui a aplicação da pena pecuniária, especialmente porque a condição financeira da acusada foi levada em consideração quando o Juiz Singular arbitrou o *quantum* do dia-multa no mínimo legal, ou seja, 1/30 (um trigésimo) dos salário mínimo vigente à época do fato.

Por essas razões, deve ser mantida a multa aplicada nos termos estabelecidos na sentença condenatória.

Entretanto, em sendo a ré beneficiária da assistência judiciária gratuita, deve ser afastado da condenação o pagamento das custas processuais.

Por todas essas razões, **voto para dar parcial provimento ao recurso defensivo, reduzindo a pena privativa de liberdade para 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, afastando da condenação o pagamento das custas processuais, mantendo-se os demais termos da sentença condenatória.**

Recife, 21.03.2013


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0266422-2
COMARCA: Recife – 8ª Vara Criminal
APELANTE: **Thamyris Samário da Silva Leão**
APELADO: Ministério Público Estadual
PROCURADORA: Drª. Cristiane Maria Caitano da Silva
RELATOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
REVISOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de Apelação Criminal Interposta pela Defensoria Pública Estadual, na pessoa da Bela. Etlene Vieira Gonçalves, em favor de **Thamyris Samário da Silva Leão**, contra a Sentença de fls. 270/279, proferida pelo Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal da Capital, datada de **17/08/2011**, que condenou a apelante às penas de 08 (oito) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa, a ser cumprida no regime inicialmente fechado, pela prática do delito tipificado no Art. 157, §2º, I e II do CP (Roubo Bimajorado).

Em síntese, narra a Denúncia de fls. 02/04 que, no dia 25 de julho de 2009, por volta das 09h10m, no Bairro do Parnamirim, nesta Capital, a ora recorrente na companhia dos também denunciados Alex da Silva Nascimento, Anderson Leão Balbino e Kleiton Heverton de Lima Monteiro, em comunhão de ações e desígnios, mediante grave ameaça e com emprego de arma de fogo, subtraíram para si a quantia de R\$ 1.230,00 (um mil, duzentos e trinta reais), além de alguns cartões telefônicos e dois aparelhos celulares do posto de combustível XINGU LTDA, localizado na Rua João Tude de Melo, nº 91.

Ainda de acordo com a exordial, no dia do fato delituoso, os denunciados chegaram ao local na hora supracitada e informaram que desejavam falar com a gerente, Maria da Conceição Ferreira Gomes. Assim,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho



ao entrar no escritório da mesma, anunciaram o assalto, sem dar chances de reação à citada vítima.

Agindo de forma violenta, os denunciados aterrorizaram os funcionários que ali se encontravam na tentativa de conseguir a chave do cofre do estabelecimento comercial, chegando a praticar várias agressões físicas nos ofendidos, até mesmo a conhecida "roleta russa" com a arma que estava em poder da ora recorrente.

No Arrazoadado Recursal de fls. 297/305, em síntese, a Defensora Pública pugna pela reforma da sentença, requerendo, preliminarmente, o direito de apelar em liberdade e a progressão do regime antes do trânsito em julgado da sentença.

No mérito, sustenta que as provas constantes dos autos não são suficientes para ensejar um decreto condenatório, existindo dúvida a respeito da autoria delitiva, devendo prosperar o Princípio do *in dubio pro reo*. Alternativamente, diz que a dosimetria da pena foi equivocada, devendo ser aplicadas as atenuantes da confissão espontânea e da menoridade relativa, modificando-se, por consequência, o regime inicial de cumprimento da pena.

Nas Contrarrazões de fls. 318/320, a Promotoria de Justiça pugnou pelo improvimento da Apelação.

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr^a Cristiane Maria Caitano da Silva, ofereceu promoção pelo provimento parcial do apelo, devendo ser modificada a sentença apenas para que seja aplicada a atenuante da menoridade relativa (fls. 330/334).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

O recurso merece ser, em parte, acolhido.

Nos que concerne à preliminar para aguardar o julgamento da presente apelação em liberdade, entendo que a mesma perdeu seu objeto, vez que o recurso está sendo julgado nesta sessão.

Em relação ao pleito para progredir de regime de cumprimento da reprimenda antes do trânsito em julgado da sentença, entendo que tal requerimento, além dever ser formulado perante o juiz das execuções penais, conforme se observa do Art. 66, III, "b", da lei nº 7.210/84, perdeu seu objeto, vez que foi deferido em 12/04/2012 pelo juízo da 1ª vara das execuções penais, local em que tramita o processo nº 2012.0184.000197, conforme decisão ora acostada.

Passo à análise do mérito.

Em relação à materialidade delitiva, deve ser destacado que o produto do crime não foi recuperado. Apesar disso, as fotografias constantes às fls. 22/28 e os depoimentos de fls. 11/14, 65/66 e 234/237 são capazes de comprovar a materialidade do delito.

A autoria também é passível de aferição, apesar de as vítimas não terem reconhecido a apelante como uma das pessoas que realizou o assalto. Nesse sentido, é importante ressaltar a confissão realizada ainda na delegacia de polícia pela própria recorrente, a qual narrou com riqueza de detalhes todas as circunstâncias que permearam a conduta criminosa, vejamos.

"(...)resolveram se juntar para a prática de assaltos nessa circunscrição e adjacências, para tanto se deslocaram até a Estrada da Harmonia, e, ao lado da Igreja, escolheram o alvo, que é um posto de gasolina; que a pessoa que apontou o alvo foi o Alex, o qual já havia trabalhado naquele local como frentista, e



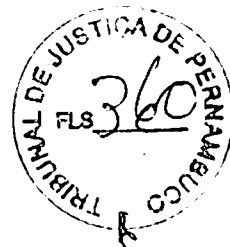
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal

Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

que havia sido demitido mas sabia de toda a movimentação, daí, um dias antes o alex foi no posto e mostrou ao Anderson o local escolhido, onde afirmava que seria fácil, pois ali não existia sistema de monitoramento de câmeras; que foi a própria interrogada que levou o Anderson para apresentar ao Alex, visto que estava devendo certa quantia em dinheiro para o Alex, por ele ter comprado um jogo de rodas para a moto, e, se participasse do assalto, a dívida estaria paga, daí a **interrogada juntamente com o Alex arregimentaram as pessoas do Anderson e do Kleiton; que as armas usadas para a prática do referido assalto pertencem ao irmão Anderson e outro ao Alex, sendo dois revólveres; que na fuga as motos foram pilotadas pelo Kleiton e pelo Alex, os quais são peritos como pilotos de fuga; que o assalto rendeu entre R\$ 500 e 600,00 (seiscentos reais), como também foram subtraídos vários cartões de credito das operadoras Oi, TIM e VIVO, onde todo o material foi dividido entre seus comparsas, não ficando a Interrogada com nada, pois pagou a dívida com o Alex; que logo após a prática do assalto todos foram juntos para a casa da própria Interrogada onde foi dividido o produto do roubo; que afirma a Interroganda que o seu irmão Anderson dias após o crime praticado foi preso por policiais militares portando a arma usada no assalto; (...) que as motos usadas para a prática do delito eram de propriedade do Alex e do Anderson, sendo ambas de cor preta, Honda Titan 150cc, não sabendo a placa das mesmas; que assevera a Interrogada de que em meio ao assaltos o seu comparsa Alex resolveu fazer "roleta russa" contra as vítimas, arrastando a funcionária pelos cabelos, sendo acompanhada pela Interrogada, que deu vários chutes e socos na referida funcionária, porém não tinha a intenção de matar, e que confirma que foi a própria Interrogada a pessoa que a ver a chegada de uma outra pessoa, correu e rendeu o dito rapaz, obrigando o mesmo a retornar para o interior do posto (...).**
(grifei)

Da mesma forma, conforme transcrito na sentença, especificamente às fls. 274, o acusado Anderson Leão Balbino, irmão da ora apelante, em processo apartado (nº 0155837-85.2009.8.17.0001), confessou a prática delitiva acima narrada, confirmando todos os fatos contidos na exordial acusatória.

Dessa maneira, não há que se falar em dúvida ou ausência de provas suficientes à condenação da acusada, existindo nos autos elementos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

probatórios suficientes à comprovação da autoria delitiva. As imagens constantes na mídia acostada às fls. 98-A somente vêm a corroborar com a certeza da autoria, vez que a figura feminina que lá aparece em muito se assemelha com a apelante, inclusive pelo corte de cabelo, conforme se observa quando comparadas com a documentação constante às fls. 67.

Entretanto, entendo haver amparo legal para o pleito alternativo efetuado pela defesa. Primeiro, porque conforme a documentação supracitada (fls. 67) a recorrente nasceu no dia 27/10/1989, e, tendo o crime sido praticado no dia 25/07/2009, a mesma contava, na data do fato, com 19 (dezenove) anos. Assim, deve ser aplicada a atenuante prevista no Art. 65, I, CP. Segundo, pelo fato de a magistrada ter utilizado, dentre outros indícios de prova, a confissão espontânea realizada pela acusada ainda na fase inquisitorial, também merecendo aplicação a atenuante prevista no Art. 65, III, "d", CP.

É esse, por sinal, o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

HABEAS CORPUS. ROUBO SIMPLES TENTADO. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. INCIDÊNCIA. COMPENSAÇÃO ENTRE A ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA E A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. POSSIBILIDADE. DOSIMETRIA DA PENA REFEITA. ORDEM CONCEDIDA.

1. "A confissão, se levada em conta para a condenação, ainda que juntamente com outras provas, deve incidir como atenuante, sendo desinfluyente se foi parcial ou total, espontânea ou não." (HC 98.931/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA julgado em 02/08/2011, DJe 15/08/2011) 2. A Sexta Turma deste Tribunal Superior consagrou o entendimento de ser possível, na segunda fase de dosimetria da pena, promover a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, eis que ambas circunstâncias são preponderantes, nos termos do art. 67 do CP: a primeira por se ater diretamente à personalidade do agente (capacidade de assumir erros e suas consequências) e a segunda por expressa previsão legal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho



3. Dosimetria da pena refeita.
4. Ordem parcialmente concedida, a fim de compensar a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência e, por conseguinte, redimensionar a sanção penal em 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime fechado, 9 (nove) dias-multa, mantendo o regime fechado para o início do cumprimento da pena. (HC 229.489/RJ, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), SEXTA TURMA, julgado em 29/03/2012, DJe 11/04/2012) (grifei).

Dessa forma, tomando como acertada a pena base fixada, tendo em vista a precisa análise das circunstâncias judiciais realizada pela magistrada singular; bem como, entendendo como razoável o aumento de 1/3 (um terço) na aplicação das majorantes do tipo penal, totalizando uma pena de 08 (oito) anos de reclusão; julgo justa uma diminuição de 03 (três) meses para cada uma das atenuantes genéricas a que faz jus a ora recorrente, tornando a pena definitiva em 07 (sete) anos e 04 (quatro) meses de reclusão.

O regime inicial de cumprimento não deve ser modificado, apesar da pena ter ficado em patamar inferior aos 08 (oito) anos de reclusão. Tal fato ocorre em virtude do disposto no Art. 33, §3º, já que as circunstâncias judiciais da apelante lhe são amplamente desfavoráveis, devendo ser ressaltado o fato de que a mesma comandou a ação criminosa, chegando a portar uma das armas e exercendo violência contra as vítimas.

Pelo exposto, voto pelo **provimento parcial do Apelo**, modificando a reprimenda imposta ao réu na forma acima descrita.

É como voto.

Recife, 21 de março de 2013


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor